

APRESENTAÇÃO DA SEÇÃO “DEBATES”

Políticas neoliberais e o fazer acadêmico-científico: perspectivas e entraves educacionais no século XXI



Jéssica Ronconi¹
Wilver Portella²

Num contexto de ascensão dos valores econômicos sobre os mais variados espaços sociais e culturais, vemos como oportuna a discussão sobre a conjuntura educacional contemporânea – e sobre o trabalho acadêmico-científico produzido no contexto universitário – tendo em vista as políticas e práticas neoliberais. A literatura produzida por pesquisadoras e pesquisadores das Ciências Sociais vem demonstrando os impactos do neoliberalismo na organização do sistema de ensino e relatam o processo de reconversão de valores externos, notadamente sociais e econômicos, em valores internos da escola e da universidade. Dessa forma, o mercado de trabalho e a formação profissionalizante seriam elevados a princípios de legitimação no espaço educacional e ocupariam um lugar tão ou mais importante que o da produção de conhecimento (PITZALIS, 2007).

Quando observamos as principais transformações relacionadas ao ensino superior, nota-se que tanto no Norte quanto no Sul global, o processo de expansão acadêmica

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: Jessica.ronconi.fernandes@gmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: wilverportella@gmail.com

ganhou força a partir dos anos 1960 (FRANK e MEYER, 2007; MEYER e SHOFER, 2007; LE GALL e SOULIÉ, 2007; LORENZ, 2007; PITZALIS, 2007) reorganizando a morfologia desse espaço e redefinindo as funções administrativas e burocráticas acumuladas e exercidas pelos professores, promovendo a valorização do poder universitário em detrimento do poder científico propriamente dito (BOURDIEU, 2013).

Por um lado, alguns autores fazem uma apreciação positiva dessas mudanças, pois a universidade só poderia ser uma instituição central na sociedade contemporânea na medida em que ela se adapta às transformações sociais. Logo, a incorporação de demandas econômicas e sociais pelo sistema de ensino permitiria a manutenção de sua autoridade na medida em que a legitimação do progresso socioeconômico recairia sobre o reconhecimento universitário e a posse do título escolar (FRANK e MEYER, 2007; MEYER e SHOFER, 2007). Por outro lado, os críticos da incorporação de demandas externas no contexto da educação argumentam que haveria uma percepção equivocada de que vivemos em uma “sociedade do conhecimento”, mas, na realidade, viveríamos segundo a lógica das “economias do conhecimento”. Nesse sentido, a incorporação de valores como o mercado aberto, a concorrência, a competitividade em nível internacional e a eficácia não fariam com que a economia capitalista extraísse sua legitimidade da ciência, mas é a ciência que se justificaria pela economia (LORENZ, 2007; PITZALIS, 2007).

Vale ressaltar que as práticas neoliberais operadas no contexto educacional produzem disputas entre agentes de dentro e de fora deste espaço (PITZALIS, 2007) sem que elas resultem em uma transformação total do sistema educacional. Na verdade, a justificativa da introdução dos princípios econômicos (e empresariais) nas escolas e universidades deve estar amparada em concepções de ensino e de pesquisa ali já existentes. Ou seja, a ascensão das propriedades gerenciais e econômicas (LE GALL e SOULIÉ, 2007) neste espaço não poderia ter sido bem-sucedida se não fosse necessariamente legitimada por valores e visões acadêmicas e intelectuais. Há uma disputa, mas também uma adequação entre certas disposições econômicas e disposições acadêmicas (DUVAL, 2019), e esses princípios de legitimação concorrentes são definidos de acordo com o contexto regional, nacional e internacional.

Tendo em vista uma visão geral sobre a temática em pauta, a seção Debates desta edição traz uma série de trabalhos que propõem a discussão do fenômeno de ascensão dos princípios neoliberais no ensino superior, mas também no ensino médio, no contexto

brasileiro e europeu. De modo geral, os artigos indicam que esse processo não é fruto apenas da inculcação dos valores econômicos no espaço educacional enquanto movimento externo à universidade e à escola, pois ele também é resultado de práticas institucionais e de certas disposições acadêmicas de agentes universitários e do meio educacional que detêm poderes decisórios sobre o sistema de ensino e que possibilitam a reconversão desses valores externos em concepções de ensino.

Com vistas a compreender como essas tensões são operadas já no Ensino Médio, antes mesmo do ensino superior, abrimos a seção Debates com o artigo de Débora Goulart e Rodolfo Moimaz. Os autores trazem uma perspectiva sociológica sobre as relações entre o setor público e as organizações privadas no desenvolvimento e formulação do currículo escolar. Interessados em identificar os valores presentes na elaboração do Currículo Paulista Etapa Ensino Médio (CPEM), os pesquisadores desvelam, ao longo do artigo, as práticas, os discursos e as políticas neoliberais que orientam a educação para a produção de cidadãos adequados à ocupação de postos no mercado de trabalho.

Em outras palavras, o texto propõe uma análise do processo cada vez mais comum no qual as fundações e os institutos são agentes ativos na definição e implementação de políticas educacionais, o que faz com que a educação esteja em conformidade com os repertórios e visões de mundo neoliberais. Considerando que os agentes que ocupam posições centrais nas instituições públicas e privadas delimitam as possibilidades de mudança no direcionamento das diretrizes educacionais, o texto mostra que as reformas do CPEM criam uma variedade de itinerários formativos e acaba por promover a desigualdade do trajeto escolar por meio do discurso que enaltece a liberdade de escolha do estudante. Amparado nos ideais de individualidade e competitividade, o novo currículo ampliaria as formas de subordinação da educação aos valores do capital na medida em que estimula um empreendedorismo voltado para o mercado, bem como promove a responsabilização dos indivíduos por suas “escolhas”.

Em suma, além de políticas propriamente neoliberais, o projeto de educação presente no CPEM traz consigo uma série de “mecanismos de convencimento dos sujeitos”, que fazem com que os estudantes acreditem que a competição individual deve ser estimulada e que todos possuem todas as condições para desenvolver as suas potencialidades, fazendo com que a educação tenha menos compromisso com o conhecimento científico para enaltecer e criar as competências esperadas pelo mercado. Dessa forma, a escola se tornaria

um local de formação da força de trabalho e de empreendedorismos de si mesmo, pois desenvolveria competências e habilidades para que os alunos sejam flexíveis e adeptos a condições precárias de trabalho.

Uma vez observado o contexto escolar, o texto de Maria Carlotto aparece em seguida e fornece uma visão global sobre o ensino superior brasileiro contemporâneo. Através do estudo dos dados fornecidos pelo INEP/MEC entre 1980 e 2018, a autora produziu uma análise sociohistórica da estruturação do campo do ensino superior no Brasil e de seu processo de expansão acadêmica. Carlotto mostra que se até a Reforma Universitária de 1968 a expansão do ensino superior se concentrou nas universidades públicas – seja nos cursos profissionais tradicionais, seja nos cursos acadêmico-científicos –, nas décadas seguintes começa a se desenhar o processo de privatização das instituições de ensino superior na medida em que as regulamentações do Estado se orientaram por visões econômico-gerenciais da educação.

Neste contexto, já na década de 1980 o setor privado se tornou responsável pela maior parte da oferta de ensino superior, em geral, concentrada em instituições não-universitárias. Com a intensificação das políticas neoliberais nos anos 1990, notadamente com a autorização da finalidade de lucro em instituições de ensino superior, muitos estabelecimentos foram criados, principalmente entre 1995 e 2005, com a oferta de cursos profissionalizantes e das ciências sociais aplicadas mais acessíveis do ponto de vista econômico. Ademais, a autora ressalta que a modalidade EaD, cujo início data dos anos 2000, ganha força e tem um crescimento significativo a partir de 2015, principalmente nas instituições de ensino superior privado, onde elas ultrapassam as matrículas presenciais.

Porém, se é nesse polo privado e não universitário que a expansão (de instituições, matrículas e docentes) é mais acentuada, a autora indica que é no polo oposto, onde se concentram as universidades públicas, que as políticas de democratização asseguradas pela Constituição de 1988 foram mais bem-sucedidas. A partir de 2005, este polo passa a receber mais alunos pretos e pardos do que brancos, promovendo uma transformação do público estudantil e indica uma mudança na estrutura do ensino superior público, historicamente reconhecido pela qualidade de seu ensino e por seu alunado oriundo das elites.

Ainda na trilha dos estudos sobre o ensino superior, o artigo de Olívia Chambard, traduzido por Jéssica Ronconi, explorou o processo de ascensão da educação voltada ao empreendedorismo no contexto universitário francês tendo em vista a incorporação das

lógicas da concorrência presentes no mercado do ensino superior e da pesquisa. A partir de estudo de arquivos, realização de entrevistas e investigação etnográfica em instituições de ensino francesas, o texto mostra que a introdução da retórica do empreendedorismo no espaço universitário ganha força no início dos anos 2000 e é acompanhada da noção de “inovação” enquanto dispositivo de fomento à inserção de estudantes no mercado de trabalho.

Vemos surgir, portanto, um “espírito empreendedor” que é difundido no interior das universidades com o surgimento de disciplinas, cursos profissionalizantes, *workshops* etc. que enaltecem o *savoir-faire* e o *savoir-être* “empreendedores”. Porém, a autora mostra que esse “espírito empreendedor”, supostamente ao alcance de todos, está subscrito nas lógicas de valorização do trabalho não assalariado e varia a depender das desigualdades nas trajetórias dos jovens estudantes. Por um lado, quando dotados de poucos capitais, o empreendedorismo é apresentado como uma alternativa para evitar o declínio social, ainda que a condição de “autônomo” leve à precariedade. Nesse caso, a autora aponta que o empreendedor deve ser acima de tudo um trabalhador flexível diante da instabilidade do mercado, capaz de mudar e acumular atividades regularmente. Por outro lado, os estudantes oriundos das camadas mais altas da sociedade veem no empreendedorismo mais uma maneira de acumular prestígio e experiência profissional, além disso, nesses casos o empreendedorismo é apenas uma ponte para uma boa colocação no mercado.

Ademais, a autora revela que os valores de “criatividade” e de “iniciativa” só podem ser valorizados no meio universitário, principalmente pelos professores das disciplinas de fomento ao empreendedorismo, se forem lucrativos e rentáveis do ponto de vista econômico. Dessa forma, inspirado no ensino superior privado em expansão, o empreendedorismo encontrado no contexto universitário se afasta do ensino que enfatiza a “teoria” e o conhecimento abstrato para valorizar a utilidade do conhecimento. Sendo assim, a educação empreendedora buscaria, por um lado, difundir o “espírito empreendedor” entre os jovens universitários, adequando-os à realidade do mercado e às lógicas econômicas e, por outro lado, esta mesma educação promove reformas na universidade adequando-a aos valores e práticas do polo econômico do ensino superior, isto é, o ensino superior privado.

Por fim, o último artigo desta seção explora principalmente as condições de realização da atividade acadêmica e científica e as posições ocupadas por pesquisadores estrangeiros

no contexto europeu. Ao longo do artigo produzido por Vinicius Ferreira, somos levados a refletir sobre a precarização da vida acadêmica e o modo segundo o qual este processo se relaciona com a consolidação do neoliberalismo e a promoção do discurso sobre a diversidade.

A partir de uma investigação etnográfica realizada sobre a circulação internacional de pesquisadores indianos das ciências sociais cujas carreiras são construídas na Europa, o autor busca demonstrar que uma das facetas da precariedade no contexto acadêmico é representada pela busca de uma posição permanente junto à universidade. Face à ascensão do número de jovens doutores que passa de um país a outro pela ocupação de posições temporárias de pesquisa, vemos que a mobilidade e a internacionalização – a despeito de conferirem prestígio a esses agentes considerados cosmopolitas – configuram uma forma de precarização do trabalho e da vida acadêmica. Isso ocorre na medida em que a perspectiva de um vínculo institucional permanente e, por consequência, a perspectiva de estabilidade na vida acadêmica se tornam mais distantes.

Tendo como ponto de partida uma abordagem pós-colonial sobre o neoliberalismo universitário, isto é, o conjunto de práticas e políticas implementadas no sentido da “flexibilização” do trabalho acadêmico e científico e da redução das possibilidades de alcance de um posto permanente, o texto discute como num “campo acadêmico globalizado”, o modelo de universidade neoliberal faz da diversidade um capital econômico, político e cultural. A reconversão da diversidade em maior atratividade opera uma função específica neste contexto uma vez que o mercado universitário competitivo e global é amparado pelo financiamento de estudantes estrangeiros e locais pertencentes a diásporas e que possuem grande influência política e econômica.

Em suma, a partir do estudo das relações entre Norte e Sul global, bem como das políticas implementadas em nível científico, institucional e eleitoral, o texto apresenta uma reflexão sobre o neoliberalismo, a mobilidade universitária e a colonialidade demonstrando que as lógicas neoliberais das universidades produzem o rearranjo da geopolítica do conhecimento.

Referências

BOURDIEU, *Homo Academicus*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

DUVAL, Julien. “Sobre a transformação do sistema de gostos na França”. In: PULICI, Carolina; FERNANDES, Dmitri (orgs.). *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. p. 273-308.

FRANK, David John e MEYER, John W. “Worldwide Expansion and Change in the University”. In: KRUCKEN, G.; KOSMUTZKY, A.; TORCA, M. (eds.). *Towards a Multiversity? Universities between Global Trends and national Traditions*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2007, pp. 19-44.

MEYER, John W. e SCHOFER, Evan. “The University in Europe and the World: Twentieth Century Expansion”. In: KRÜCKEN, G.; KOSMÜTZKY, A.; TORCA, M. (eds.). *Towards a Multiversity? Universities between Global Trends and national Traditions*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2007, pp. 45-62

LE GALL, Brice e SOULIÉ, Charles. “Massification, profissionalisation, réforme du gouvernement des universités et actualisation du conflit des facultés en France”. In: CHARLE, C.; SOULIÉ, C. (eds.). *Les ravages de la 'modernisation' universitaire en Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 2007.

LORENZ, Chris. “L'économie de la connaissance, le nouveau management public et les politiques de l'enseignement supérieur dans l'Union européenne”. In: CHARLE, C.; SOULIÉ, C. (eds.). *Les ravages de la 'modernisation' universitaire en Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 2007.

PITZALIS, Marco. “L'université italienne entre marché, formations professionnelles et pouvoir politiques”. In: CHARLE, C.; SOULIÉ, C. (eds.). *Les ravages de la 'modernisation' universitaire en Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 2007. p. 33-52.